

"SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER": OFICINAS DE FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE UBATUBA / SP

Ricardo "Papu" Martins Monge

Luiz Claudio Bernardes "Santiago"

Gabriela Murua

Henrique Callori Kefalas

Ana Carolina S. Barbosa

Ana Flávia Sallai de Oliveira

Antônio Fialho

Carolina Santos Natividade

Marcio R. Santos

Dara de Oliveira

Dario B. Santos

Hellen Diana S. Souza

Mario R. de Oliveira

RESUMO

Este artigo tem como objetivo detalhar as atividades realizadas pelo projeto "Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras" que tem sua área de atuação no município de Ubatuba-SP, e é realizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), com parceria da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Associação dos Moradores da Almada (AMA). Por meio de oficinas de formação coletiva intituladas de "Semeando o saber, adquirindo o poder", uma equipe de técnicos, lideranças comunitárias e pescadores(as) aprenderam juntos sobre leis e normativas assim como as principais ameaças relacionadas à pesca artesanal. Destaca-se nesse processo a atual disputa na elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Marinha do Litoral Norte (APAMLN) do Estado de São Paulo. O objetivo principal do projeto é empoderar as comunidades pesqueiras para atuação da luta pelos seus direitos.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Comunidades Tradicionais. Pescador(a). Fortalecimento. Fórum de Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO: DAS ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO E LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS E RECURSOS PESQUEIROS

O contexto político atual que incide sobre o modo de vida dos pescadores tradicionais é preocupante. A promessa de flexibilização das legislações ambientais, sem o devido diálogo com o conhecimento tradicional e os dados científicos, e a retomada da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP-MAPA), sendo que o secretário é da família que possui uma das maiores empresas de pesca industrial do país, apontam para um cenário de incentivo ao crescimento econômico privilegiando a aquicultura e a pesca industrial oceânica, em detrimento da pesca artesanal. Por outro lado, é perceptível a

baixa participação dos pescadores artesanais naqueles espaços públicos (comitês permanentes de gestão, grupos de trabalho sobre ordenamento pesqueiro, conselhos gestores, entre outros) que definem as regras sobre as práticas e os usos de seus territórios tradicionais¹. Não é para menos! Os poucos que aceitam entrar na disputa, compreendendo a necessidade de ocupar os espaços decisórios a fim de defender a pesca artesanal e seus territórios, são violentamente expulsos seja pelo espaço inóspito, seja pelo linguajar incompreensível, ou ainda pelas longas reuniões com pautas infundáveis e todas defendidas sob a lei do saber técnico acadêmico, excluindo e desmerecendo cada pronunciamento dos pescadores artesanais que carregam consigo “apenas” todo o saber ancestral e tradicional que manteve esses territórios vivos e conservados.

Essas evidências exigem dos movimentos sociais a construção de estratégias que permitam enfrentar o contexto político adverso e garantir formas de uso dos recursos pesqueiros que estejam baseadas na manutenção da disponibilidade dos mesmos para as futuras gerações. Além disso, é primordial a ampliação da participação social qualificada e fundamentada na reflexão crítica e popular dos pescadores artesanais (no caso do litoral paranaense, paulista e sul fluminense, auto-identificados como caíçaras²) nos espaços públicos decisórios, que só poderá ser efetivada mediante uma formação técnica e, sobretudo, um reconhecimento político dos comunitários tradicionais.

A pesca artesanal é um trabalho ancestral que compõe o mosaico de atividades culturais que dão sentido ao viver comunitário e que interage com o meio natural de forma equilibrada e sustentável (DIEGUES, 2004). Partindo da necessidade de fortalecer o movimento social e ampliar sua participação junto aos sujeitos locais envolvidos no tema da pesca artesanal, nasceu o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras”³.

Este projeto é fruto de uma articulação entre os movimentos sociais do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) – Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), com a Associação de Moradores da Almada (AMA), uma comunidade tradicional caiçara localizada na região norte de Ubatuba/SP. Conta com o apoio financeiro do Instituto Linha D’Água⁴ e do Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS)⁵, que é uma parceria do movimento social FCT com a Fundação Oswaldo Cruz.

O FCT é um movimento social fundado em julho de 2007 no território da Bocaina / Serra do Mar (Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba), com o intuito de unir os povos tradicionais⁶ presentes na região na luta em defesa

¹ Segundo o Decreto Federal nº6040/2007 Territórios Tradicionais são os “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]” (BRASIL, 2007).

² Caiçara é uma denominação das comunidades e indivíduos que vivem ao longo do litoral dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, formada pela mescla de populações indígenas, europeus e negros trazidos da África escravizados (DIEGUES, 1988). São grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social (BRASIL, 2007).

³ Este é o nome afetivo do projeto, construído pela equipe em diálogo com os pescadores artesanais, uma vez que o nome original era muito longo: “Afirmação e garantia dos direitos socioambientais e da sustentabilidade dos territórios e recursos pesqueiros das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Litoral Norte do Estado de São Paulo e sul do Estado do Rio de Janeiro”.

⁴ O LDA é uma organização da sociedade civil, fundada em 2013, com sede em São Paulo (SP). Realiza investimento social privado, por meio do repasse voluntário de seus recursos, de forma planejada, monitorada e sistemática, para projetos de conservação da diversidade biológica e dos sistemas socioculturais do litoral brasileiro. O instituto trabalha, prioritariamente, no litoral paulista, mas também apoia projetos consistentes em todo o litoral brasileiro.

⁵ O OTSS nasce da parceria entre o FTC de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apoiado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pela Fundação de Apoio à Fiocruz (Fiotec). Criado com o objetivo de promover o bem viver e ampliar o desenvolvimento sustentável nos territórios tradicionais da região da Bocaina, a iniciativa trabalha de maneira integrada com os povos caiçaras, indígenas e quilombolas.

⁶ Segundo definição do Art. 3º do Decreto 6040/2007: “I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

de seus territórios e por direitos básicos. Esse movimento tem base em três povos tradicionais presentes na região: Caiçaras, Indígenas e Quilombolas, que juntas trocam experiências e buscam soluções para os problemas enfrentados – especulação imobiliária, grilagem de terras, turismo de massa, grandes empreendimentos – e atividades desenvolvidas no território – regularização fundiária, turismo de base comunitária, educação diferenciada, cultura, pesca, agricultura, agroecologia etc.

O Grupo de Trabalho da Pesca do FCT (GT Pesca) é um espaço de encontro, articulação, debate, construção de alternativas e estratégias de solução de conflitos, e intercâmbio de experiências, que visa o fortalecimento das comunidades tradicionais pesqueiras. O FCT sentiu essa necessidade de criar um grupo que possa dialogar com comunidades pesqueiras e com o setor público para pensar e criar ações que possam assegurar os direitos sociais dessas comunidades, além de empoderar os comunitários política e tecnicamente em torno das questões históricas e legislativas do universo da pesca.

A CNCTC foi criada em 2014 e é resultado de uma articulação das comunidades Caiçaras para unir forças em busca da conquista de seus direitos e para reforçar sua identidade e cultura. Sua luta primordial é a garantia de permanência e a regulamentação do território tradicional caiçara, pois sem território é impossível garantir o modo de vida Caiçara em suas diversas atividades, como a roça, a pesca artesanal, o fandango etc. A Coordenação busca também a ampliação de diálogos com outros povos tradicionais e movimentos sociais, para fortalecer a luta pelos direitos de forma consistente e articulada em redes colaborativas.

Basicamente, o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras” visa⁷ cumprir os seguintes objetivos:

I) Fortalecer o Grupo de Trabalho (GT) Pesca Artesanal do FCT e a atuação da CNCTC;

II) Dar suporte ao “Projeto Povos: Território, Identidade e Tradição” de Caracterização dos Territórios Tradicionais⁸.

Sabendo das limitações de espaço e tempo de um projeto⁹ para atingir os objetivos mais gerais descritos acima, os proponentes materializaram tais objetivos em uma primeira ação concreta na disputa do processo para a elaboração do Plano de Manejo (PM) da APAMLN, em curso no território, e trouxeram como parceiros mobilizadores comunitários e técnicos. Os comunitários são pescadores e pescadoras das comunidades tradicionais e da Associação de Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA) e os técnicos são do OTSS.

A soma desses esforços reuniu recursos educacionais, culturais, científicos e financeiros associados às iniciativas de educação popular inspirados em Freire e Nogueira (1993), da pesquisa ação de Dionne (2007), da cartografia social de Acsegrad e Coli (2008) e mobilização social para o fortalecimento da agenda da pesca artesanal, visando a manutenção da atividade tradicional e dos recursos pesqueiros no território marinho.

Através da organização de oficinas batizadas de “Semeando o saber, adquirindo o poder” buscamos uma escuta mais aprofundada sobre a realidade das comunidades tradicionais pesqueiras de Ubatuba, sistematizando as principais problemáticas apontadas pelos pescadores no que diz respeito à pesca artesanal.

⁷ Projeto em andamento até setembro de 2019.

⁸ O Projeto Povos, inicialmente nomeado de Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT), é uma condicionante ambiental resultante de uma negociação, iniciada em 2011, entre o FCT e seus parceiros (FIOCRUZ, FIOTEC, Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina) com a Petrobrás, intermediada pelo IBAMA, que exigia da empresa exploradora do Pré-sal um conhecimento detalhado das comunidades tradicionais impactadas pelas estruturas marítimas e terrestres da exploração de petróleo e gás. O FCT exigiu, entretanto, que essa condicionante fosse realizada, no território da Bocaina (Angra, Paraty e Ubatuba) pelo próprio movimento social em parceria com a FioCruz, uma vez que não haveria melhor executor de uma caracterização que os próprios comunitários que habitam o território, sob uma perspectiva metodológica da auto cartografia social.

⁹ As ações do nosso projeto estavam previstas para finalizar em 6 meses. Porém, intercorrências político institucionais e de ordem técnica ocasionaram a paralisação do PM e a recente retomada, culminando na prorrogação do prazo inicialmente previsto.

¹⁰ Cabe destacar que as oficinas foram batizadas a partir da ideia de um membro da equipe que é pescador.

Além disso, fizemos dinâmicas que permitiram ao coletivo identificar os órgãos responsáveis por cada problemática apontada e compreender os desafios e as relações de poder dentro do território marítimo, que vem sendo chamado pelo movimento social de Maretório.

Diversas Comunidades participaram das oficinas do projeto, dentre elas destacamos: Picinguaba, Quilombo da Fazenda, Almada, Ubatumirim, Estaleiro, Prumirim, Itaguá, Toninhas, Enseada, Perequê Mirim, Lagoinha, Maranduba, Sete Fontes, Bonete, Peres e Fortaleza. Buscamos trabalhar na perspectiva da ecologia de saberes, proposta por Boaventura dos Santos (2006), integrando e complementando as visões dos cientistas e a do especialista local. O cientista tem vantagens no nível global, com o uso de sistemas de informação geográfica informatizada e de bancos de dados, já o pescador tem o saber local, com o acumulado de conhecimentos por várias gerações sobre o habitat e suas variações (DIEGUES, 2004). Desta forma, existe a necessidade de se integrar essas duas contribuições no planejamento e execução de ações em busca da conservação socioambiental (Ibid.), e o projeto buscou isto metodologicamente, promovendo o diálogo de saberes com a formação de uma equipe de técnicos e comunitários com experiência local e com linguagem acessível, evitando a reiteração de relações hierárquicas de poder entre os diversos saberes.

CONTEXTUALIZANDO NOSSA AÇÃO CONCRETA: O PLANO DE MANEJO DA APAMLN E OS DILEMAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As três APAs Marinhas do litoral do Estado de São Paulo foram criadas em 2008. A ideia de criar essas Unidades de Conservação (UC) teve início no gabinete da Secretaria de Meio Ambiente (SMA-SP), a partir de um grupo de trabalho fechado, que transformaria cerca de 1 milhão de hectares do mar territorial paulista em três UC de uso sustentável. A forma com que o processo foi iniciado gerou resistência, sobretudo no litoral norte, onde cerca de 80% do território corresponde às UC de proteção integral (parques e estações ecológicas), locais de conflitos socioambientais históricos, com a sobreposição de territórios quilombolas, indígenas e caiçaras, somado ao regramento imposto, desde 2004, pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Gerenciamento Costeiro (VIANNA e XAVIER, 2014).

A mobilização contrária à criação da APAMLN fez com que diferentes setores ligados ao uso e exploração do ambiente marinho passassem a compor o Conselho Gestor (CG) da UC, buscando precaver-se de possíveis proibições às suas atividades. A primeira composição do CG (2009 – 2010) foi formada pelos atores sociais: setor náutico, setor pesqueiro, instituições de ensino e pesquisa, ONGs e órgãos públicos federais, estaduais e municipais (VIANNA e XAVIER, 2014).

Em 2010, foi iniciado o debate acerca da construção do Plano de Manejo, com a escrita, pelo CG, do termo de referência que orientaria a contratação de consultoria para sua elaboração. Apenas em 2013 o contrato com a consultoria foi assinado, iniciando o trabalho de diagnóstico técnico ambiental e socioeconômico cultural, por meio de dados secundários, concomitante ao início do diagnóstico participativo (VIANNA e XAVIER, 2014). Nas oficinas do diagnóstico participativo houve coleta de informações, abrangendo a formulação conjunta de mapas temáticos, sendo possível levantar os usos locais do território a partir das informações cedidas pelos participantes. Todavia, os facilitadores e mediadores das oficinas não eram pessoas das comunidades locais, enquanto no projeto descrito nesse artigo trata-se de uma iniciativa protagonizada por pescadores e pescadoras de Ubatuba – SP.

Em 2014 ocorreu a primeira interrupção no processo de elaboração dos PM. Essa decisão foi tomada alegando-se a baixa qualidade dos produtos, como revisão de dados secundários insuficiente. O tempo para a retomada do diálogo com os diferentes setores foi longo, considerando-se que, devido à realização do diagnóstico participativo, havia um intenso contato da gestão da UC com o conselho gestor. Em 2016, por meio de uma sequência de reuniões para devolutivas sobre o diagnóstico participativo, cuja realização se dava sempre por agentes técnicos, em forma de seminário e/ou apresentação de resultados obtidos a partir da objetivação dos sujeitos que haviam participado da primeira etapa (2013), sendo atualizadas as informações sobre o território, sobre os usos e os conflitos existentes.

Entretanto, no final de 2016 os trabalhos foram interrompidos novamente, gerando outro lapso temporal de envolvimento da sociedade no processo de elaboração dos PM. Dessa vez, o motivo foi político. A paralisação se deu com a troca do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Ricardo Salles (atual Ministro do Meio Ambiente), que adentrando ao cargo, alegou necessidade de revisar os roteiros metodológicos de elaboração dos PM e rever o contrato com a então executora do trabalho, a organização da sociedade civil Ekos do Brasil. Esse processo resultou na completa paralisação da elaboração dos planos, desmobilização dos sujeitos, troca de gestores das UC e em duas novas resoluções estaduais (Resolução SMA nº 95, de 08 de dezembro de 2016, alterada pela Resolução SMA nº 93, de 06 de setembro de 2017), que definiram novo formato dos conselhos gestores e novo roteiro metodológico para elaboração dos PM.

Finalmente, em agosto de 2018, o processo de construção dos PMs retornou com nova programação e equipe de execução. Nesse momento, os próprios servidores da SMA assumiram a realização das oficinas e as negociações com os diferentes setores sociais. No entanto, o cronograma trazia prazos apertados (término previsto em novembro de 2018).

No caso do Litoral Norte paulista, as colônias de pescadores, insatisfeitas com a recorrente desarticulação das políticas públicas para o setor pesqueiro, nas diversas esferas de governo (municipal, estadual e federal), iniciaram uma ação de enfrentamento à gestão da APAMLN e à SMA, questionando e dificultando a execução do cronograma previsto para a construção do plano, estrangulando ainda mais os prazos, prejudicando o entendimento dos pescadores artesanais sobre os riscos e possíveis ganhos do processo. Não apenas as colônias, mas outras instituições e agentes locais sentiram-se desconfortáveis com os prazos e as circunstâncias nas quais a construção do PM estava inserida. A desconfiança e o passivo associado às ações de ordenamento territorial vindas do Estado, sobretudo da Fundação Florestal, através da gestão das UC estaduais de proteção integral, contribuíram para que o processo todo emperrasse. Nesse contexto, as oficinas previstas para trabalhar o zoneamento da unidade e a construção dos programas de gestão não foram realizadas. O plano, novamente, foi interrompido com a aproximação das eleições de 2018.

Logo após o período eleitoral é que surge a possibilidade, decidida no âmbito do CG da APAMLN, do processo ser retomado em fevereiro de 2019, com um novo cronograma, novamente apertado, com previsão de término entre maio e junho de 2019. Devido às negociações internas entre as secretarias de estado e o consequente adiamento da publicação da minuta de ordenamento atualizada, o processo foi novamente suspenso até a publicidade deste documento. Finalmente, a minuta foi tornada pública em julho de 2019 e um novo calendário para retomada do processo está sendo negociado com os diversos setores e atores sociais.

As paralisações e os cronogramas compactados prejudicaram a apropriação dos pescadores artesanais sobre o processo de construção do PM e a compreensão de sua importância para a luta das comunidades tradicionais, além de colocar em descrédito, não apenas o instrumento, como a própria instituição proponente, a APAMLN. Não é para menos. Imaginemos, por exemplo, a reação de um pescador ao ser convocado para a devolutiva de um diagnóstico participativo realizado dois anos antes da reunião e ainda ser cobrado para se posicionar sobre esse diagnóstico. Ou ainda, receber um convite, em 2018, para uma oficina de zoneamento de um PM que foi paralisado em 2016. Esse controverso cenário político, em diversos momentos, feriu e segue ferindo um direito básico das comunidades tradicionais, garantido pela adesão do Brasil à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é a consulta livre, prévia, informada e de boa fé:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou

órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;

c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

Seja pelo curto tempo, seja pelas disputas políticas regionais, o fato é que essas comunidades, que tem no mar um elemento crucial para a reprodução do seu modo de vida, não conseguem entender, apropriar-se e muito menos intervir criticamente na construção das políticas públicas. Portanto, é fundamental que esses grupos tenham a possibilidade de participar ativamente desses processos para que não tenham, mais uma vez, suas práticas e usos tradicionais vinculados ao território marinho criminalizadas. É preciso levar em consideração, ainda, a dificuldade desses(as) pescadores(as), não apenas em se deslocar de seus territórios, como também em se envolver politicamente nesses espaços que estabelecem regras sobre os usos do território em que eles vivem.

Esse cenário concreto foi palco para a concretização das atividades do projeto em questão que teve como objetivos específicos: (1) empoderar os pescadores artesanais de Ubatuba para atuarem como sujeitos protagonistas de suas reivindicações no PM da APAMLN; (2) aproximar esses pescadores do GT Pesca do FCT e da CNCTC; (3) propiciar, aos pescadores, a percepção de que a elaboração de mapas (caracterização) contendo seus conhecimentos tradicionais sobre a pesca e, conseqüentemente, sua contraposição com os mapas do PM da APAMLN é um instrumento de disputa e poder a favor de suas comunidades.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS OFICINAS “SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER”

No início do projeto, realizamos uma Oficina de Fundamentação para a formação da equipe que levaria à frente o projeto no território. Esta oficina teve duração de três dias (18 a 20 de março de 2019) e foi realizada na sede da Associação de Moradores da Almada (AMA), em Ubatuba. Foram trabalhados conceitos essenciais ao desenvolvimento de políticas públicas de ordenamento territorial no âmbito do Plano de Manejo da APAMLN (Unidade de Conservação, Plano de Manejo, Zoneamento, dentre outros). Estiveram presentes lideranças previamente identificadas e convidadas à participar do projeto, assim como técnicos, comunitários e parceiros estratégicos, responsáveis pela elaboração e facilitação do conteúdo, totalizando 24 participantes.

Após esta Oficina de Fundamentação, a equipe do projeto organizou 6 oficinas “Semeando o saber, adquirindo poder”, dividindo o território de Ubatuba em regiões: Norte, Centro e Sul. Foi a forma encontrada de agrupar as comunidades de cada região e facilitar a participação, sendo 2 oficinas por região. Vale destacar que foi feito um esforço na divulgação/convite e foi oferecido café da manhã, almoço e reembolso dos gastos com transporte para os participantes, viabilizando assim a participação dos interessados.

Iniciávamos estas oficinas com uma “Mística de Apresentação dos Participantes”, onde, organizados em roda, cada um falava seu nome, sua comunidade e uma palavra com a primeira letra do nome com a qual se identificava ou identificava sua comunidade. A mística permitiu acionar nos pescadores sentimentos de pertencimento à sua comunidade e/ou ao seu entendimento de si enquanto sujeito da luta coletiva. A partir desta proposta é que palavras como: “sabedoria”, “vitória”, “guerreira”, “céu e mar” vieram à tona e permitiram constituir um outro espaço (mais emotivo e, também, mais político) de convivência para iniciarmos nossa formação.

Logo em seguida, a atividade realizada foi uma apresentação dos movimentos sociais proponentes do projeto: a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e o Fórum de Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba (FCT). Esta atividade foi de crucial importância, pois permitiu maior aproximação dos pescadores(as) com os movimentos sociais, podendo assim estreitar os laços de confiança e representatividade do movimento junto às comunidades pesqueiras do território.

Em sequência, iniciávamos uma “Roda de conversa” sobre os principais problemas enfrentados e o contexto político da pesca (do âmbito nacional ao Território da Bocaina). Durante as conversas foram evidenciados os principais problemas enfrentados, localmente, pelos pescadores e organizados em 5 temas:

(1) Fiscalização: diversos relatos falam sobre a abordagem truculenta da Polícia Ambiental, utilizando-se de força e coerção excessivas, enquanto a pesca industrial, segundo os pescadores artesanais, não sofre a mesma intensidade de fiscalização;

(2) Burocracia: a variedade de documentos exigidos para a regulamentação da profissão e de sua prática é um fator limitante à continuidade do pescador artesanal em sua atividade. Há uma dificuldade de entendimento dos trâmites e conseqüentemente de se adequar a uma realidade jurídica e de regulamentação da atividade e dos materiais utilizados;

(3) Falta de união dos(as) pescadores(as): historicamente há uma dificuldade de união e de mobilização da categoria da pesca artesanal em temas que afetam diretamente a vida em seu território;

(4) Proibições: a interpretação das legislações, como a Instrução Normativa (IN) 12/2012 e 166/2007, pelos órgãos fiscalizadores. A eficácia dessas regulamentações é contestada, não só pelos(as) pescadores(as) como também por técnicos da área ambiental marinha. O mesmo acontece com o período de defeso do camarão, que não contempla um tempo adequado para a recuperação dos estoques e para a reprodução das espécies. Embora muitas vezes os pescadores artesanais sejam consultados para levantar dados para pesquisas, os resultados não são mostrados a eles, o que gera um clima de desconfiança e que cada vez mais se intensifica, pois, as leis são construídas de forma inconsistente;

(5) Poluição: com o crescimento urbano da região do Litoral Norte de SP, após a construção da rodovia BR-101, a Rio-Santos, não houve um plano de saneamento básico eficaz da gestão dos municípios. O turismo de massa ocupa as cidades nos meses de verão e em feriados sem que haja uma capacidade de gestão dos resíduos gerados. A contaminação de rios, manguezais, matas e praias pelo esgoto urbano, além dos desmatamentos, influencia o modo de vida das comunidades pesqueiras, pois compromete a qualidade do ambiente de reprodução de diversas espécies marinhas, como ocorre com os manguezais e no ambiente marinho costeiro.

A nível regional, evidenciou-se que estamos enfrentando não só a pressão da especulação imobiliária e da pesca industrial na região, mas também os grandes empreendimentos como o Pré-Sal, a Eletronuclear com a construção de Angra 3, a duplicação da BR-101, a privatização das ilhas, a cessão das águas da União para a maricultura de grande porte, dentre outras pressões. Ao identificar como estamos fragilizados nessa região, concluímos que neste contexto a Unidade de Conservação pode ser nossa aliada, desde que considere o conhecimento tradicional local e que seja uma categoria que dialogue com a nossa realidade.

Após a roda de conversa das problemáticas levantadas, organizamos os temas em tarjetas e construímos um painel no qual os problemas eram distribuídos nas instâncias de poder competentes para solucioná-los. Para isso, utilizamos a “Dinâmica dos Peixes” (semelhante às dinâmicas da pirâmide dos poderes, esferas de poder ou instâncias de decisão), adaptada ao contexto da pesca. Cabe mencionar que a proposta de adaptação foi sugerida por um comunitário (que integra a equipe do projeto) em uma das reuniões de preparação da oficina¹¹. Para ele, era necessário adequar a dinâmica com uma linguagem mais acessível, para ampliar a possibilidade de diálogo e entendimento dos pescadores convidados, garantindo assim um ambiente mais confortável aos presentes.

¹¹ Durante o projeto diversas reuniões da equipe foram organizadas para avaliar e (re)planejar as oficinas.

Nessa atividade, identificávamos se os problemas levantados eram de responsabilidade da esfera nacional, estadual ou municipal. Foi um exercício muito elogiado já que é comum a confusão de quem são as atribuições de determinado assunto. Por exemplo, aprendemos que quando falamos de APAMLN, Polícia Militar Ambiental ou de Gerenciamento Costeiro, estamos falando de atribuições do Governo Estadual. Quando falamos das diversas Instruções Normativas (por ex. IN 12 e IN 166) estamos falando de atribuições do Governo Federal, e quando falamos de Mercado do Peixe é assunto que cabe ao Município, dentre outros temas tratados. Foi justamente nessa dinâmica que as problemáticas vieram à tona, as dúvidas foram sendo encaminhadas para as instâncias competentes e a clareza visual do processo garantiu maior entendimento dos pescadores artesanais presentes.

Abordamos também as legislações que resguardam os direitos das comunidades tradicionais, como o Decreto nº6040/2007 e a Convenção OIT 169; instrumentos de garantia territorial, como o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), de competência da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e outras categorias de UC como a Reserva Extrativista (RESEX); questões ligadas à regularização do pescador como o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP); dentre outros. Tais questões já suscitaram, naquele momento, propostas de encaminhamento e compreensões iniciais de como utilizar as leis de proteção às comunidades tradicionais para garantir direitos à pesca artesanal.

Dando sequência, realizamos a “Dinâmica de Alinhamento Coletivo sobre o Plano de Manejo”. A atividade consistiu em dividir os participantes em 3 grupos, onde cada um responderia com as próprias palavras as seguintes questões: (1) O que é uma Unidade de Conservação; (2) Qual o papel da APA Marinha do Litoral Norte?; (3) Para que serve o Plano de Manejo?. A proposta da dinâmica consistiu em construir um entendimento coletivo sobre as Unidades de Conservação a partir do conhecimento prévio dos comunitários presentes, a fim de garantir que eles conseguissem observar que o entendimento daquele assunto já existia em partes naquele grupo e que, muito mais do que ensiná-los sobre as unidades de conservação, o que a dinâmica pretendia era apenas alinhar e organizar esse conhecimento.

Os grupos se reuniram para fazer um breve debate sobre o que entendiam daquele assunto, anotaram em tarjetas e depois apresentaram o resultado do entendimento deles sobre as questões colocadas. Após a apresentação, os técnicos aportaram contribuições para um alinhamento sobre estas questões.

Outra atividade realizada nas oficinas foi inspirada na metodologia de Cartografia Social, que integra-se ao processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa porque estabelece a ligação entre os sujeitos com o seu território (ACSELRAD e COLI, 2008). A elaboração de mapas costuma ser um saber estratégico em mãos de alguns, pois sua confecção implica num certo domínio das técnicas e é um instrumento de poder sobre o território e sobre as pessoas que ali vivem (LACOSTE, 1988). Daí a importância de metodologias como a da Cartografia Social para que outras formas de representar o espaço geográfico venham à tona.

No início do desenvolvimento desta atividade, os participantes foram orientados a desenhar numa folha de papel o “Mapa da Memória” ou “Mapa Mental”, como foi batizado, que consistia em desenharem, sem preocupação com rigor cartográfico, o seu território da pesca. Ao final desta atividade cada grupo ou pessoa apresentava o mapa que desenhou, explicando os elementos colocados neste. Com esta atividade foi possível pôr em evidência as questões relevantes e as diversas perspectivas existentes para representar o território da pesca (Figura 1), além de demonstrar aos pescadores que eles possuem um conhecimento geográfico do território e podem intervir nos mapas das UC por meio do seu próprio conhecimento.

Em seguida, foi trabalhado o “Mapa Geográfico / Mapa da Pesca”, no qual inicialmente se explicou alguns conceitos básicos de mapas como a escala, orientação, rosa dos ventos, norte geográfico e coordenadas geográficas. O exercício consistiu em colocar, com bolinhas adesivas de cores distintas, os elementos trazidos pelo Mapa Mental no Mapa Geográfico. A partir do mapa da memória, construímos um mapa dos usos e práticas da pesca artesanal de forma individual e coletiva. O interessante deste exercício é que revelou os elementos considerados importantes para os pescadores (seus usos e conflitos) e pôde evidenciar as diversas formas de se entender o território da terra e do mar para além dos limites estabelecidos pelas legislações

Cabe destacar que, ao longo do projeto, durante uma das várias reuniões de planejamento e avaliação, construímos uma nova dinâmica: “Segurando e organizando o Território Marinho”. Essa foi fruto de uma chuva de ideias a partir da necessidade de trabalharmos de forma mais descontraída e didática a questão do Plano de Manejo, onde várias ideias foram colocadas e foram sendo alinhadas e filtradas até chegar a ideia final da dinâmica para exemplificar os diversos usos e a necessidade de ordenamento do território via um Plano de Manejo. Utilizamos um TNT Azul, que representava o mar, onde foi desenhada a linha e os recortes da costa e todos tínhamos que segurar com as mãos este “mar”, e de forma desordenada íamos colocando uma série de tarjetas com os nomes de cerco, picaré, arrastão, traineira, policia ambiental, turismo, marisqueira, dentre outras atividades/setores. O debate era estimulado perguntando se cabia determinada atividade em tal lugar. Assim, pelas respostas dos pescadores, as tarjetas eram reordenadas nos devidos lugares. Esta dinâmica foi muito bem avaliada pelos participantes e propiciou um debate descontraído da necessidade de organizar o território (Figura 3).



Figura 3: Dinâmica “Segurando e organizando o Território Marinho” realizada na 2ª Oficina da região sul de Ubatuba, na praia do Sapê em 23/04/2019.

Fonte: Autores.

Cada oficina teve suas peculiaridades e imprevistos, com os quais tivemos que lidar. Por exemplo, na primeira oficina realizada para a região centro de Ubatuba, tivemos uma baixa participação de pescadores, então decidimos fazer a oficina mais curta e deixamos o tempo que sobrou para avaliarmos onde poderíamos ter errado e repensarmos a mobilização.

Um dos desdobramentos interessantes das oficinas foi a criação de um grupo de WhatsApp para comunicação, não só das agendas do projeto, mas de uma maneira geral, das problemáticas em torno da temática da pesca, integrando não apenas a equipe, mas também os pescadores que participaram dos encontros. Outro desdobramento foi a orientação de como proceder num caso de aparente destruição criminosa de um rancho de pesca (Rancho das Toninhas) e de como auxiliar para sua reconstrução e quais órgãos acionar para sua legalização. Neste caso, são pescadores artesanais de canoa e já está em andamento o processo de organização de documentos junto à Secretaria de Pesca e Agricultura do Município de Ubatuba, intermediado por uma pescadora participante do corpo técnico do projeto.

É possível notar, nesses exemplos, um fortalecimento político dos comunitários da equipe e, mais, do coletivo pesqueiro de Ubatuba, o que nos parece fundamental para fortalecer os movimentos sociais proponentes do projeto. Torná-los protagonistas das resoluções de seus conflitos é um passo importante para desconstruir a percepção do movimento social como uma “muleta” de solução de demandas.

Algo que se destacou durante as oficinas foi a maneira com que o pescador cuida do seu lugar de trabalho, do seu maretório. Ouvimos alguns depoimentos do cuidado que o pescador artesanal tem na busca de maneiras sustentáveis de conservar o seu território, como por exemplo da coleta de lixo que encontram, não somente para ter um pescado de qualidade, mas também para manter a vida marinha em segurança. Este

tipo de comportamento ajuda a mudar a visão predatória, existente no senso comum, na qual o pescador artesanal é preconcebido pelo sistema. Longe de uma visão de “bom selvagem”, mas também do “mito moderno da natureza intocada”, o pescador tem uma relação de respeito com o mar, pois é de lá que vem o seu sustento.

Um dos pontos fortes destas oficinas foi perceber como, a partir da provocação dos técnicos e lideranças, se desencadeava uma conversa entre os(as) pescadores(as) que fluía não apenas nas discussões técnicas, como também metodológicas. Cabe destacar alguns depoimentos dos pescadores que participaram das oficinas sobre o projeto:

“Nossa! Excelentes estas oficinas, pois traz conhecimento para nós, além de estar somando com outros bairros. Acho super importante a comunicação entre os pescadores e povos tradicionais. Além de dar força para as causas que nos envolve. Gostei muito de estar participando”. Gabriel, pescador da praia da Fortaleza.

“Achei ótimo, as oficinas. Particparei com certeza se tiver mais é muito legal esse trabalho do fórum. Acho que ficamos mais fortalecidos juntos nesse grupo a interação é muito boa”. Fábio, pescador do Lázaro.

“A gente sempre viveu da pesca e assim vai morrer... Agora contar com governo pra viver não dá, nunca deu. Então é importante a gente se unir mesmo com quem ta do nosso lado.” Mara, pescadora da Praia do Perez.

“Eu vivo do mar desde pequena, meus pais criaram os filho tudo assim e assim sempre foi até hoje. Mas hoje nós sofre mais que antes e não sabemos o que vai ser de nós com tudo essas injustiças aí que a gente vê acontecer pras comunidades caiçaras. O peixe ta ralo, as coisas tudo cara, as leis do ambiente não são pra nós, é pra favorecer os ricos que tem as casas grandes e quer nós trabalhando pra eles. Mas eu não aceito não. A gente desanima e fica triste, mas não para de lutar, porque se pará é tudo o que eles qué. Então é bom que mais gente vem lutar junto, de todo lado da cidade pra fica mais forte. Por isso é bom esse tipo de oficina né”. Dona Célia, pescadora da Praia de Picinguaba

“Nós aprendemos bastante coisas né, acho que não podem parar as oficinas não, devem continuar. Pois é legal para ficarmos ciente de tudo que está acontecendo. Porque os caras “polícia ambiental” sobe em cima de nós e não sabemos de nada. Eu gostei muito da oficina, foi legal. Vocês não podem parar não, é bom para sabermos aonde podemos pescar a onde não podemos, que rede está proibida... É bom essas oficinas pois se a gente não vai participar como ficamos sabendo o que está acontecendo. Se tiver mais eu vou”. Luan, pescador da praia da Lagoinha.

“Eu estava cansado de reuniões, mas fazia tempo que não via nada igual e motivador. Agora voltei com gás total e fiz até reuniões na minha própria casa de orientação do cenário da pesca para poder trazer mais pescadores para a luta”. Rodrigo, pescador da praia das Sete Fontes.

“Os burocratas que fazem as leis não vivem o que pescador vive, o camponês, não sabem as dificuldades da vida de pescador. Essa é a nossa luta, eterna luta!”. Ozias, pescador do Ubatumirim.

Daremos sequência ao projeto realizando mais duas oficinas, denominadas de “Oficinas Coletivas”, onde convidaremos representantes da pesca das 3 regiões de Ubatuba que já vinham participando das atividades anteriores, sem excluir a vinda de novos interessados. Nelas, iremos reviver o conteúdo já trabalhado e iremos sobrepor o mapa construído pelos pescadores(as) com o mapa proposto no zoneamento da APAMLN.

A ideia é tornar inteligível ao pescador(a) as contradições existentes entre os dois mapas, evidenciando as concordâncias e discordâncias. O resultado desse processo será um documento contendo as propostas dos pescadores artesanais de alteração no mapa do plano de manejo APAMLN, a fim de que o plano respeite e proteja a pesca artesanal, como defendido no decreto de criação desta UC:

A categoria Área de Proteção Ambiental – APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa **compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Delimita um território de importância regional para promover seu planejamento e gestão ambiental por meio de processos participativos.** O ordenamento territorial é o meio pelo qual se busca construir uma convivência entre a conservação da natureza, recuperação ambiental e

as atividades humanas, resultando numa melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

(...) considerando que em seu decreto de criação estabelece “que **devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável**” e “a **necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica.**”¹²

Ainda, incentivaremos a participação dos(as) pescadores(as) nas etapas de disputa deste processo, que será retomada a partir de agosto de 2019 (setoriais, oficinas de zoneamento e de programas de gestão). Como afirma Diegues (2004), a diversidade cultural é condição para a manutenção da diversidade biológica e só será alcançada quando as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas pela especulação imobiliária ou pela implantação de áreas protegidas.

CONCLUSÕES

Além do projeto proporcionar uma construção coletiva do conhecimento de diversas comunidades pesqueiras, podemos concluir que como pontos positivos / fortes temos:

- 1) O empoderamento dos(as) pescadores(as) envolvidos no projeto no que diz respeito ao conhecimento técnico, jurídico e legislativo;
- 2) O empoderamento dos(as) pescadores(as) no que diz respeito à sua participação política nos espaços públicos e nas negociações com sujeitos externos ao movimento;
- 3) A formação política qualificada dos pescadores a partir de uma avaliação conjuntural que permite a construção de estratégias das lutas coletivas.
- 4) A disseminação desse conhecimento dentro das comunidades tradicionais, de modo participativo e respeitando o tempo dos pescadores, porém, trazendo à tona a preocupação latente da perda do território tradicional para grandes empreendedores e da necessidade de organização dos comunitários.

O FCT sentiu essa necessidade de criar um grupo que possa dialogar com comunidades pesqueiras e com o setor público para pensar e criar ações que possam assegurar os direitos sociais dessas comunidades, além de empoderar os comunitários política e tecnicamente em torno das questões históricas e legislativas do universo da pesca. Assim, o projeto “Fortalecimento das Comunidades Pesqueiras” tem sido uma base para a consolidação do GT Pesca, um laboratório para a fundamentação e para as diretrizes do Grupo de Trabalho.

Muito mais do que promover uma apropriação do conhecimento técnico com relação às problemáticas pesqueiras, o que temos objetivado nesse processo é construir um modo de ciência que gere um conhecimento acumulado e vinculado ao conhecimento tradicional dos pescadores artesanais que seja capaz de intervir qualitativamente não apenas no plano de manejo da APAMLN, mas em qualquer proposta legislativa de intervenção no maretório. Além disso, empoderá-los em uma outra forma de fazer ciência, coletiva e respeitando o conhecimento tradicional, permite que esses pescadores se tornem sujeitos de suas lutas, protagonistas políticos nos espaços de disputa e os projeta como futuras lideranças dos movimentos sociais proponentes desse projeto.

A importância desse trabalho como ferramenta de luta “pelo protagonismo e permanência das comunidades em seus territórios” é colocada como uma grande potencialidade para as comunidades. Por ser um dos pilares da cultura tradicional da região, a pesca é um elemento cultural muito forte e simbólico na vida das comunidades, e assim, fortalecendo essa prática e os direitos dos povos que vivem do mar é possível incentivar uma visão mais abrangente da importância de se organizar para solucionar os conflitos, tanto internos quanto externos das comunidades.

¹² Diagnóstico técnico – Capítulo “Comunidades Tradicionais” disponível em:

<https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio_Comunidade%20Tradicionais.pdf>. Acesso realizado em julho de 2019.

A abordagem de temas referentes à vida das comunidades de forma mais popular, direta e clara é também uma maneira dos participantes se empoderarem de conteúdos técnicos que na maioria das vezes não são acessíveis, pois são tratados através de metodologias excludentes, distantes do modo de ser e viver tradicional. Isso contribui para que as comunidades compreendam melhor a disputa de interesses que se trava sobre seus territórios e possam estar mais preparadas para enfrentar as dificuldades com mais consistência e força.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43
- BRASIL, 2007. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: junho 2019.
- DIEGUES, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAUB-USP, 1988. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.
- DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesca. São Paulo. Editora do Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e Áreas úmidas Brasileiras. 2004.
- DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. (Série pesquisa v. 16).
- FREIRE, P.; NOGUERIA, A. **Que fazer: teoria e prática da educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. Porto: Afrontamento, 2006.
- VIANNA, L. P.; XAVIER, L. Y. A APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) de São Paulo: do conflito à gestão participativa. In: BENSUSAN, N. e PRATES, A. P. L. (editoras). **A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil**. Editora IEB Mil Folhas. 2014.

"SOWING KNOWLEDGE, ACQUIRING POWER": STRENGTHENING WORKSHOPS FOR UBATUBA / SP FISHING COMMUNITIES

ABSTRACT

This article aims to detail the activities carried out by the project "Strengthening Fishing Communities" that has its area of activity in the municipality of Ubatuba-SP. The project is developed by the Forum of Traditional Communities (FCT), in partnership with the National Coordination of Caiçaras Traditional Communities (CNCTC) and the Almada Residents Association (AMA). Through collective training workshops entitled "Sowing Knowledge, Acquiring Power," a team of technicians, community leaders and fishermen learned together about laws and regulations as well as the main threats related to artisanal fishing. It stands out in this process, the current dispute in the elaboration of the Management Plan of the North Coast Marine Protected Area (APAMLN) of the State of São Paulo. The main objective of the project is to empower fishing communities to fight for their rights.

Keywords: Artisanal Fishing. Traditional Communities. Fisherman/fisherwoman. Strengthening. Forum of Traditional Communities.

"SEMBRANDO EL SABER, ADQUIRIENDO EL PODER": OFICINAS DE FORTALECIMIENTO DE LAS COMUNIDADES PESQUERAS DE UBATUBA / SP

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo detallar las actividades realizadas por el proyecto "Fortalecimiento de las Comunidades Pesqueras" que tiene su área de actuación en el municipio de Ubatuba/SP, y es realizado por el Fórum de Comunidades Tradicionales (FCT), con colaboración de la Coordinación Nacional de Comunidades Tradicionales Caiçaras (CNCTC) y de la Asociación de Moradores de la Almada (AMA). Por medio de talleres de formación colectiva denominadas de "Sembrando el saber, adquiriendo el poder", un equipo de técnicos, líderes comunitarios y pescadores(as) aprendieron juntos sobre leyes y normas así como las principales amenazas relacionadas a la pesca artesanal. Se destaca en ese proceso la actual disputa en la elaboración del Plan de Manejo del Área de Protección Marina del Litoral Norte (APAMLN) del Estado de São Paulo. El objetivo principal del proyecto es empoderar a las comunidades pesqueras para que actúen en la lucha por sus derechos.

Palabras-clave: Pesca Artesanal. Comunidades Tradicionales. Pescador(a), Fortalecimiento. Fórum de Comunidades Tradicionales.